

CIDADES SUSTENTÁVEIS

O jornal dos municípios goianos

Ano 1 - Nº 001 - 15 a 30 de junho de 2011 Goiânia - Goiás - Brasil



Governo Municipalista: Municípios são preparados para garantirem recursos

A Controladoria-Geral do Estado - CGE realizou nos dias 08 e 09 deste mês o seminário Fontes de Investimentos para Municípios – Oportunidades e Facilitadores, com o objetivo de apresentar aos prefeitos e secretários das áreas de planejamento e finanças as diversas fontes de recursos para investimentos, ressaltar a importância da regularidade fiscal e anunciar a implantação de dois núcleos de apoio às prefeituras e assessoramento técnico. Um dos núcleos será instalado na Associação Goiana dos Municípios e o outro, na Frente de Mobilização dos Municípios. Pág. 4

Goiás não tem vocação para receber lixo radioativo. Pág. 3



Usinas de Angra: audiência pública. Pág. 2



Chegou! Voltou o desenvolvimento. Pág. 4



Alteração do Código Florestal: Ambientalistas x Ruralistas

Pág. 6



Audiência Pública discute escolha de local para lixo radioativo de usinas de Angra

A Comissão de Seguridade Social e Família discutirá em audiência pública possibilidade de escolha da cidade de Abadia de Goiás no Estado de Goiás para armazenar os detritos das usinas nucleares de Angra 1 e 2. A data da audiência ainda não foi definida.

A cidade de Abadia de Goiás abriga hoje mais de seis mil toneladas de detritos contaminados com Césio 137 (elemento químico utilizado em aparelhos de raio-X) em dois depósitos definitivos. Caso o município goiano seja escolhido para receber os materiais radioativos das usinas Angra 1 e 2, será instalado de um terceiro depósito.

O debate foi pro-

posto pelos deputados Alexandre Leite (DEM-SP), Amauri Teixeira (PT-BA), Eleuses Paiva (DEM-SP) e Ronaldo Caiado (DEM-GO). Os parlamentares discordam da escolha da cidade e advertem que o município pode ficar estigmatizado. "Deve haver cautela por parte do poder público federal, uma vez que esse tipo de lixo pode emitir radiação por milhares de anos e, se acondicionado de modo inadequado, poderá causar um desastre", afirma Ronaldo Caiado, lembrando o acidente com o Césio-137 em Goiânia em 1987.

Estão sendo aguardados para o debate o presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), Odair Dias Gonçalves; e o dire-



tor de Pesquisa e Desenvolvimento do CNEN, Marcos Nogueira Martins. Parlamentares goianos enfatizam que quem é beneficiado por Angra deve arcar com o lixo. Indignados, comentaram que Goiás não é pátio de lixo de ninguém. Lembraram que o povo goiano já sofreu preconceito, uma vez que a população do Estado não admitirá um novo lixo radioativo. Os resíduos radioativos a serem depositados são classificados de média e baixa radioatividade e entre eles, estão ferramentas, luvas, roupas e outros produtos que tiveram contato com a radiação, considerados materiais radioativos perigosos.

Expediente

INSTITUTO VIDA GESTÃO AMBIENTAL E MUNICIPAL

www.ivgam.org

Av. Transbrasiliana nº 824, St. Serrinha
Goiânia - Goiás - Brasil

Presidente: Haliston Baima
Diretor Financeiro: Juliano Gonçalves
Diretor Administrativo: Fabio Roberto
Diretor Comercial: André Marcondes

Contato: 62 3255-4131 / contato@ivgam.org

Jornalista Responsável: Valéria Carvalho e Silva
GO 01124 JP

Arte: Wesley Martins

Impresso: Nacional Agendas Gráfica e Editora LTDA
62 3942-3077

Governo de Goiás lança Programa de Educação



O governador Marconi Perillo lançou no final do mês de maio, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), o Programa de Educação Técnico-Profissional à Distância no Estado de Goiás. Com investimento conjunto de R\$ 12 milhões, o programa oferece 5.600 vagas em sete cursos técnicos, distribuídos em 16 municí-

pios do Estado.

Os cursos ofertados pelos governos de Goiás e da União fazem parte do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil, que tem como objetivo expandir e democratizar a oferta de vagas para profissionalização à distância no País. Os cursos são gratuitos e os interessados em matricular-se passarão por um processo seletivo. Parte das vagas já foi preenchida e a data da próxima seleção será

anunciada em julho.

Os municípios contemplados são Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Pirenópolis, Ceres, Goianésia, Uruaçu, Porangatu, Posse, Formosa, Catalão, Morrinhos, Jataí, Rio Verde, Luziânia e Iporá. Os profissionais que aplicarão os cursos técnicos – batizados de tutores – receberão bolsas entre R\$ 700,00 e R\$ 1.500,00, de acordo com seu nível de atuação e formação profissional.

Goiás não tem vocação para receber lixo radioativo

Leonardo Vilela

Há poucos dias, a Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) expôs a proposta de trazer para Goiás, mais precisamente para o Parque Estadual Telma Ortegal, em Abadia de Goiás, o lixo radioativo produzido pelas usinas nucleares de Angra dos Reis. Poucas vezes na minha vida pública vi um descabimento tão exacerbado em relação a um estado brasileiro como agora. Me pergunto o que levou a CNEN a acreditar que Goiás possa ser depósito do lixo radioativo que atende as necessidades energéticas do Rio de Janeiro e parte do Sudeste.

A questão do acondicionamento e descarte deste tipo de lixo é um dos mais graves problemas ambientais do país. Costumo comparar este tema com a construção dos presídios que abrigam detentos de alta periculosidade. Geralmente, ninguém deseja ter em seu território os vizinhos criminosos. Escolher um local para abrigar rejeitos radioativos é assunto que inspira inúmeros debates públicos, quase sempre polêmicos. Nada mais justo, pois a cidadania se efetiva por meio da deliberação.

Há poucas se-

manas, estive no Parque Telma Ortegal, em Abadia de Goiás. E pude reparar que existe uma grande estrutura em nosso Estado. Estão ali, portanto, os rejeitos radioativos do fatídico acidente com a cápsula do Césio 137, ocorrido em 1987. Trata-se de episódio triste na história da saúde pública e também no desenvolvimento ambiental do país. Preferia que o ato motivador do parque Telma Ortegal fosse outro. Mas não podemos fugir de uma realidade cada vez mais comum: nós mesmos teremos que cuidar do lixo radioativo que produzimos. Usamos a radiação em diversas ações humanas, a começar na própria medicina. E sabemos que se revela importante alternativa de tratamento e geração de energia.

O parque que visitei recentemente apresenta uma poderosa infraestrutura, ação de profissionais qualificados e pesquisadores competentes de entidades como a CNEN. E guarda com segurança o material infectado pelo vazamento de uma única cápsula de Césio 137. Agora, receber o lixo radioativo de Angra dos Reis é uma proposta que extra-

pola todo o princípio do parque. O Telma Ortegal não foi feito para guardar pastilhas de urânio enriquecido. O parque está em área urbana e se tornou um importante memorial de alerta contra novos acidentes radionucleares. Quando Goiás produziu seu lixo, e sabemos que



o Governo Federal teve culpa em todo o processo, nós, goianos, aceitamos abrigar o material de descarte. Nada mais justo que Angra ou outra cidade cuide de seus rejeitos, até mesmo por uma questão de logística. Goiás está relativamente distante do Rio de Janeiro para que seja destino final de uma espécie de rejeito de delicado transporte. Na verdade, Abadia de Goiás seria um grande depósito de lixo radioativo de inúmeras usinas – fato que iria interferir na vida dos moradores da cidade.

Goiás sempre apresentou posições definidas e claras quanto à po-

lítica energética do país. O ex-deputado federal e advogado Fernando Cunha, ainda na década de 1980, alertou por meio de livros e publicações o perigo do uso da energia nuclear e a dificuldade de descartar o lixo radioativo. Sempre fomos vigilantes.

Portanto, o momento é de rejeitar a proposta e questionar eventuais projetos da CNEN.

Entendemos que o Parque Telma Ortegal deve ser exemplo ambiental para o Brasil. E estamos ciosos para que o estigma do lixo nuclear seja varrido de Abadia de Goiás, cidade que pode e deve receber mais investimentos e indústrias.

Não bastasse isso, temos uma Constituição estadual que nos impede de receber rejeitos nucleares. Ou seja, a própria população, por meio de seus representantes, entendeu que não devemos nos envolver com a política de energia nuclear. O artigo 131 da Constituição do Estado diz: “Fica proibida a instalação de usinas nucleares, bem como a produção, armazenamen- to e transporte de armas

nucleares de qualquer tipo no território goiano. Ficam proibidas a produção, transporte, comercialização, estocagem e a introdução no meio ambiente de substâncias carcinogênicas, mutagênicas e teratogênicas, devendo o Poder Executivo divulgar periodicamente a relação dessas substâncias proibidas”.

Nós, povo goiano, já deliberamos sobre este assunto. Está mais do que explícito a impossibilidade de tornar Goiás em um polo de receptação de lixo radioativo. Podemos, sim, debater propostas, temos experiência de como inserir a questão ambiental no debate nuclear.

Em vez de apenas receber lixo nuclear, desejamos mais parques como o Telma Ortegal Brasil afóra, que nos oferece um auditório e um museu de ótima qualidade, além de um programa de visitação que nos desperta para a educação ambiental. Precisamos, enfim, de outras prioridades: investir no meio ambiente, em ações preventivas e no desenvolvimento sustentável.

Leonardo Vilela é deputado federal licenciado, médico e secretário estadual do Meio Ambiente.

Governo Municipalista: Municípios são preparados para garantirem recursos



A Controladoria-Geral do Estado - CGE realizou nos dias 08 e 09 deste mês o seminário Fontes de Investimentos para Municípios – Oportunidades e Facilitadores com o objetivo de apresentar aos prefeitos e secretários das áreas de planejamento e finanças as diversas fontes de recursos para investimentos, ressaltar a importância da regularidade fiscal e anunciar a implantação de dois núcleos de apoio às prefeituras e assessoramento técnico. Um dos núcleos será instalado na Associação Goiana dos Municípios e o outro na Frente de Mobilização dos Municípios.

De acordo com o secretário-Chefe da CGE, José Carlos Siqueira, o evento vai resultar em novos investimentos em todos os municípios do Estado. O seminário, afirma Siqueira, é o início do esforço do Governo do Estado de estruturar os municípios para receberem recursos que já lhes são destinados. "Esta é uma ótima oportunidade para os municípios de Goiás. Durante o encontro, os municípios vão receber orientação e suporte técnico, tendo oportunidades de estreitar laços com os agentes operacionais e financeiros: Caixa Econômica Federal - CEF, o Banco do Brasil - BB, a FUNASA, o SEBRAE e o Ministério do Planejamento. Uma

oportunidade de não apenas identificar fontes de recursos, mas também ter orientação para a preparação de projetos e da documentação necessária, alcançando um momento novo para investimentos."

O presidente da Associação Goiana dos Municípios, prefeito de São Miguel do Passa Quatro Márcio Cecílio Ceciliano, reafirmou a necessidade da capacitação. "Muitas vezes, os municípios perdem recursos por falta de assessoria adequada e capacitação. Este seminário vai diminuir a distâncias entre os municípios e as fontes de recursos concentradas no Governo Federal, na CEF e no BB. Nós estamos encontrando no Governo do Estado uma parceria muito positiva e muita sensibilidade com relação aos nossos problemas. Estamos nos sentido mais amparados e mais próximos do Governo", disse.

O secretário-chefe da CGE disse que o evento é uma ação do Governo Estadual que visa fortalecer os municípios e melhorar a qualidade de vida da população. "Estamos seguindo a determinação do governador Marconi Perillo de que os municípios possam alcançar alternativas de investimentos sólidos que melhorem efetivamente a vida das pessoas. Os municípios se fortalecendo, o Estado estará mais forte e a população com melhores serviços."

Fonte: Agecom

Chegou! Voltou o desenvolvimento



Haliston Baima

O Estado de Goiás se apresenta com sérias dificuldades, sem condições de realizar investimentos importantes neste momento. Nosso Estado está à beira da falência. Nossos municípios estão endividados e suas populações sofrem com a falta de gerência da gestão estadual passada.

Goiás precisa ser recolocado nos trilhos. Sabemos da importância da parceria dos Governos estadual e federal para reconduzir os municípios goianos, o Estado de Goiás, a uma escala de crescimento adequada.

Nossas cidades experimentaram em épocas passadas uma situação bem diferente da vivida neste último governo, onde houve poucos investimentos nas áreas primordiais do Estado.

A expectativa de um governo eficiente e já comprovado sugere maiores investimentos e, por consequência, melhorias significativas para os goianos.

O IVGAM – Instituto Vida Gestão Ambiental e Municipal é uma organização não governamental idealizada com base nos fundamentos dos artigos 29, 30 e 225 da Constituição Federativa Brasileira de 1988, ocupando-se do desenvolvimento sus-

tentável dos municípios goianos, e tem como um dos seus principais objetivos contribuir com os governos municipais e estaduais para garantir o desenvolvimento de cada ente estatal.

O Instituto Vida foi criado há mais de dois anos, no início presidido por Valéria Ataídes, fundadora da entidade, parceira entusiasta, e que deu vida e forma ao Instituto, posteriormente presidido por Jean Lima, dinâmico e competente. Jean promoveu mudanças significativas na estrutura da organização; com uma visão futurista percebeu que a preservação ambiental deveria partir de políticas direcionadas aos municípios. O então presidente promoveu uma reforma estatutária que ampliou o campo de atuação da ONG, que atualmente preocupa-se com o meio ambiente, com ênfase nas cidades.

Assumo agora a responsabilidade de dar continuidade ao Instituto. Sei das dificuldades e encaro tudo como um desafio ao qual não me refutarei. Pretendo contribuir com uma administração firme e eficiente que buscará, em parceria com os nossos gestores públicos, com o Governo do Estado de Goiás e o Governo Federal as melhores formas de promover o desenvolvimento das nossas cidades.

O Instituto preserva em seus quadros equipes técnicas para assessoramento dos gestores municipais, minimizando des-

sa forma as dificuldades enfrentadas para formatar um projeto eficiente que garanta a captação de recursos disponibilizados por Ministérios, Secretarias, Fundações Públicas e Privadas, recursos que podem e devem ser utilizados para contribuir com o desenvolvimento das cidades, investindo em estrutura, Educação, tecnologia e principalmente em sustentabilidade.

Acreditamos na concepção de investimento da presidenta Dilma Roussef e no programa municipalista do governador Marconi Perillo. Sabemos que nossos municípios serão agraciados com grandes investimentos nas diversas áreas.

Nosso governador Marconi disse durante sua campanha uma frase tão bem articulada e carregada de esperança que virou slogan: "quero fazer o melhor governo da vida dos goianos". Marconi tem consciência plena de que, para alcançar esse objetivo, precisa investir muito nos municípios goianos. E todos nós contamos e acreditamos nessa idéia, nessa luta, nesse compromisso de vida de nosso Governador.

Preparem-se voltou à época do desenvolvimento em Goiás!

Haliston Baima, Zootecnista, Bacharel em Direito, Presidente do Instituto Vida.

Comitê lança carta convocatória sobre a Rio+20

O Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 divulgou uma carta convocatória sobre o evento que contará com a presença dos mais variados atores sociais a carta afirma: "Este momento contribuirá para acumularmos forças na resistência e disputa por novos paradigmas baseados na defesa da vida e dos bens comuns." O objetivo é reinventar o mundo na Rio +20!

O Comitê reúne para uma primeira atividade preparatória da Cúpula dos Povos, no dia 2 de julho de 2011, na cidade do Rio de Janeiro. Na pauta a construção do processo que culminará no encontro de junho de 2012.

O encontro contará com a participação do Comitê Facilitador da Sociedade Civil Brasileira para a Rio+20 e diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais e populares de todo o Brasil e do mundo que elegerão os principais pontos a serem abordados no processo que culminará na realização, em junho de 2012, do evento autônomo e plural, provisoriamente denominado Cúpula dos Povos da Rio+20 por Justiça Social e Ambiental, paralelo à Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (UNCSD).

Há vinte anos, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio 92) e o ciclo social de conferências das Nações Unidas que a ela se seguiu discutiram os problemas globais que afetam a humanidade e pactuaram uma série de propostas para enfrentá-los (as Convenções sobre Mudanças Climáticas, Biodiversidade, Desertificação, a Agenda 21, Carta da Terra, Declaração sobre Florestas, Declaração de Durban, entre outras).

Mas aquilo que deveria ter sido o início da reversão das situações de miséria, injustiça social e degradação ambiental frustrou boa parte das esperanças depositadas nesse processo.

Sete bilhões de seres humanos vivem hoje as seqüelas da maior crise capitalista desde a de 1929. Vivem o aumento gigantesco da desigualdade social e da pobreza extrema, com a fome afligindo diretamente um bilhão de pessoas. Presenciam guerras e situações de violência endêmica e o crescimento do racismo e da xenofobia.

A economia capitalista, guiada pelo mercado financeiro global, continua apoiada na busca sem limites do lucro, na super

exploração do trabalho, em especial o trabalho das mulheres e dos setores mais vulneráveis, na queima dos combustíveis fósseis, na depredação dos ecossistemas, no desenvolvimento igualado ao crescimento, na produção

acordos internacionais negociados nos últimos anos, suas falsas soluções e a negligência de princípios já acordados na Rio92, entendemos que se não devemos deixar de buscar influenciar sua atuação, tampouco devemos

formas de produção, consumo e organização política sejam estabelecidas, possam potencializar sua atuação.

A Rio+20 será um importante ponto na trajetória das lutas globais por justiça social e ambiental. Ela se soma ao processo que o Comitê vem construindo desde a Rio-92 e, em especial, a partir de Seattle, FSM, Cochabamba e que inclui as lutas por justiça climática para a COP 17 e frente ao G20. Este momento, segundo representantes do Comitê, contribuirá para acumular forças na resistência e disputa por novos paradigmas baseados na defesa da vida e dos bens comuns.

O Comitê reforça a importância da participação de todos os segmentos da sociedade para a primeira atividade preparatória desta Cúpula dos Povos, no dia 2 de julho de 2011, na cidade do Rio de Janeiro.

"Temos um compromisso com o nosso País na construção de um processo que culminará em nosso encontro em junho de 2012 e se desdobrará em novas dinâmicas" reforçou representantes do Comitê.

pela produção, baseada na descartabilidade e no desperdício e sem consideração pela qualidade da existência vivida.

Diante de tal conjuntura, o momento político a ser propiciado durante a Rio+20 constitui uma oportunidade única para "reinventar o mundo", apontando saídas para o perigoso caminho que estamos trilhando.

Mas, julgando pela ação dos atores hegemônicos do sistema internacional e pela mediocridade dos

ter ilusões que isso possa relançar um ciclo virtuoso de negociações e compromissos significantes para enfrentar os graves problemas com que se defronta a humanidade e a vida no planeta.

O principal objetivo do evento é construir um novo paradigma de organização social, econômica e política que, partindo das experiências de lutas reais destes setores e da constatação de que já existem condições materiais e tecnológicas para que novas



Alteração do Código Florestal: Ambientalistas X Ruralistas

Festejada por ruralistas e condenada por ambientalistas, a alteração do Código Florestal aprovada recentemente na Câmara já mobiliza o Senado, onde a proposta será analisada.

Tramita no Senado Federal, aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto de lei que altera o Código Florestal Brasileiro. De autoria do deputado Aldo Rebelo, a proposta chegou com polêmicas interessantes, uma vez que foi aprovado pelos deputados contra a vontade da Presidência. Um dos pontos que despertam polêmicas em todo o país é a emenda 164 que abre uma brecha legal para novos desmatamentos em áreas que deveriam ser preservadas (margens dos rios e encostas). De um lado, estão os produtores rurais, as entidades e a parte do Parlamento que os representam. De outro, os ambientalistas de todo o País. A polêmica

no Senado promete ser desafiadora.

O líder do governo na Casa, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que os senadores vão 'ajustar para melhor' o código, citando como uma das medidas a retirada de áreas urbanas do escopo do texto.

Para o senador Aécio Neves (PSBD-MG), um dos líderes da oposição, o debate deve se concentrar em torno da emenda 164, que, entre outras medidas, autoriza os Estados a participar da regularização ambiental. 'Será que os Estados estão preparados? (Essa é) a discussão que vamos aprofundar, ouvindo governadores, ambientalistas e representantes

dos agricultores', disse o senador.

Proposto pelo relator e deputado Aldo Rebelo (PcdoB-SP), o projeto que altera o Código Florestal foi aprovado na Câmara por 410 votos favoráveis, 63 contrários e uma abstenção. Embora Rebelo pertença à bancada governista, a aprovação foi considerada a primeira derrota da presidente Dilma Rousseff no Congresso.

De acordo com o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Gilberto Carvalho, Dilma ficou insatisfeita com a decisão da Câmara e espera que o projeto seja modificado no Senado. A presiden-

te teria ficado especialmente descontente com a emenda 164, proposta pelo PMDB, por temer que ela abra uma brecha para que os Estados anistiem agricultores que desmataram áreas atualmente protegidas pela legislação.

Elogios

Já a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) elogiou o teor da proposta.

Em nota, a presidente do órgão, senadora Kátia Abreu (DEM-TO), diz que 'os produtores rurais brasileiros vão dormir confiantes de que a lei os protege, não os persegue; de que os valores

ambientais serão respeitados e, principalmente, de que há regras para o uso e manejo da terra, na qual geram riquezas e contribuem para o desenvolvimento nacional'. Segundo a senadora, o código representa 'uma das leis mais difíceis, delicadas e imprescindíveis já aprovadas pela Câmara dos Deputados'. 'A agropecuária brasileira celebra os avanços realizados e, principalmente, o marco legal estabelecido', diz Abreu.

Os ambientalistas, por sua vez, torcem para que o Senado altere o texto ou, caso deixe de fazê-lo, que a presidente vete o Código ou as partes que consideram mais nocivas.





Segundo Raul Silva Telles do Valle, integrante do Instituto Socioambiental (ISA), a proposta aprovada significa uma 'afrenta à sociedade e um retrocesso de muitas décadas'. Vale enumerar três pontos cuja alteração, Raul Silva, considera prioritária:

1) A emenda 164, que, segundo ele, abriria uma brecha legal para novos desmatamentos em beiras de rios, encostas e outras áreas vulneráveis, ao permitir atividades agrícolas e pastoris nessas regiões;

2) A possibilidade de que proprietários possam compensar

o desmatamento em áreas de reserva legal em outros Estados, desde que no mesmo bioma (atualmente, a compensação precisa ocorrer na mesma bacia hidrográfica, o que facilita a fiscalização da ação, segundo ele);

3) A dispensa, a donos de pequenas propriedades, de recuperar suas reservas legais (segundo Valle, a medida faria com que 50% da área da Mata Atlântica que, conforme as regras atuais, deveria ser recuperada, não precise mais ser reflorestada).

O integrante do ISA diz ainda que a pers-

pectiva de que a última medida seja aprovada está provocando uma 'corrida aos cartórios' por parte de proprietários, na expectativa de que, ao dividir suas terras em pequenas partes, fiquem isentos da obrigação de recuperar as reservas legais.

'Esperamos que o governo faça no Senado o que não fez na Câmara: trabalhar desde o começo para que se aprove um texto razoável. Se não a presidente vai ter que vetá-lo na íntegra', diz ele à BBC Brasil.

'Tiro no pé'

Para Rafael Cruz, coordenador sobre Código Florestal do Greenpea-

ce, a aprovação do texto pela Câmara foi um 'tiro no próprio pé'.

Caso a proposta avance e seja sancionada pela presidente, Cruz prevê a 'redução acelerada de áreas florestadas, o que terá impactos nos climas local e global'.

Além disso, diz que o código prejudicará a imagem da agropecuária brasileira mundo afora.

Ele também critica a emenda 164 ('dar aos Estados o poder de legislar sobre o desmatamento é uma insanidade') e diz que a proposta promove uma 'anistia generalizada'

por desmatamentos já ocorridos.

'A presidente Dilma ganhou muitos votos por conta de suas propostas ambientais e fez promessas em Copenhague (na Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas, em 2009). Caso esse projeto seja aprovado, terá problemas e constrangimentos internacionais com os quais não contava', diz ele à BBC Brasil.

Caso o projeto seja alterado no Senado, voltará para a Câmara antes de ser finalmente encaminhado à presidente, que pode sancioná-lo ou vetá-lo total ou parcialmente.



Instituto VIDA

Gestão Ambiental e Municipal

 Consultoria  Assessoria  Projetos  Educação Ambiental

A excelência na Administração Pública é o resultado da responsabilidade dos gestores para com os bens públicos e de uma adequada política de gestão.

O Instituto VIDA coloca à disposição dos gestores públicos uma gama de serviços para orientar e dar plena condição de gerenciamento aos Entes Públicos que propiciará o desenvolvimento social e urbano das cidades goianas.

Na expectativa de contribuir com a modernização da Administração Pública, o Instituto VIDA deseja sucesso aos gestores públicos, colocando-se à disposição para promoção de parcerias, com o intuito de promover uma Administração Pública de resultados.

Portfólio de Serviços

Gestão Ambiental

Planos Ambientais;
Projetos Sócio-Ambientais;
Licenciamentos Ambientais;
Planos para Gerenciamento de Resíduos Sólidos;
Projetos e Execução de Aterros Sanitários;
Vistoria Técnicas Especializadas;
Avaliação de Impactos e Passivos Ambientais;
Educação Ambiental;

Gestão Municipal

Assessoria para Captação de Recursos;
Elaboração de Projetos para Captação de Recursos;
Criação de Consórcios Intermunicipais;
Assessoria Jurídica;
Controladoria Governamental;
Auditoria Governamental;
Contabilidade Pública;
Contabilidade Eleitoral;

Av. Transbrasiliana, 824, St. Serrinha, Goiânia, Goiás
62 **3255-4131**

www.ivgam.org
contato@ivgam.org